



VOTAÇÕES EFETUADAS EM 2017-06-14

DELIBERAÇÃO

⇒ **Voto n.º 339/XIII/2.ª**, apresentado pelo BE, PS, PEV e PAN, de Pesar pelo falecimento de Alípio de Freitas;

Favor – PSD, PS, BE, PCP, PEV e PAN

Contra –

Aprovado

Abstenção – CDS-PP

⇒ **Voto n.º 338/XIII/2.ª**, apresentado pelo PS, de Louvor pelo 30.º Aniversário do Programa Erasmus;

Favor – PSD, PS, BE, CDS-PP, PEV e PAN

Contra –

Aprovado

Abstenção – PCP

⇒ **Requerimento**, apresentado pelo PCP, solicitando a baixa à Comissão de Trabalho e Segurança Social, sem votação, por um período de 60 dias do [Projeto de Lei n.º 137/XIII/1.ª \(PCP\)](#) – Combate a precariedade laboral e reforça os direitos dos trabalhadores;

Aprovado por unanimidade



VOTAÇÃO NA GENERALIDADE

⇒ [Projeto de Lei n.º 330/XIII/2.ª \(PCP\)](#) – Altera o regime de trabalho temporário limitando a sua utilização e reforçando os direitos dos trabalhadores (12.ª alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho);

Favor – BE, PCP, PEV e PAN

Contra – PSD e CDS-PP

Abstenção – PS

Rejeitado

⇒ **Requerimento**, apresentado pelo PAN, solicitando a baixa à Comissão de Trabalho e Segurança Social, sem votação, por um período de 60 dias do [Projeto de Lei n.º 550/XIII/2.ª \(PAN\)](#) – Altera o Código do Trabalho e o Código de Processo do Trabalho, introduzindo alterações no regime da presunção de contrato de trabalho e do contrato a termo certo resolutivo;

Aprovado por unanimidade

⇒ [Projeto de Lei n.º 554/XIII/2.ª \(BE\)](#) – Restringe o recurso ao trabalho temporário e combate o falso trabalho temporário;

Favor – BE, PCP, PEV e PAN

Contra – PSD, PS e CDS-PP

Abstenção –

Rejeitado



DELIBERAÇÃO

⇒ [Projeto de Resolução n.º 924/XIII/2.ª \(PAN\)](#) – Recomenda ao Governo a promoção de acções de informação sobre direitos laborais e o reforço da fiscalização no âmbito das relações de trabalho;

Favor – BE, CDS-PP, PCP, PEV e PAN

Contra – PS

Rejeitado

Abstenção – PSD

⇒ [Projeto de Resolução n.º 435/XIII/1.ª \(PSD\)](#) – Uma estratégia integrada para a experimentação, investigação e inovação vitivinícola na Região Demarcada do Douro;

Favor – PSD, CDS-PP e PAN

Contra – PS, PCP e PEV

Aprovado

Abstenção – BE

⇒ [Projeto de Resolução n.º 637/XIII/2.ª \(PSD\)](#) – Estratégia para a Investigação e inovação no sector agroalimentar;

- **Ponto 1**

Favor – PSD

Contra – PS, BE, PCP e PEV

Rejeitado

Abstenção – CDS-PP e PAN



DELIBERAÇÃO

- **Ponto 2**

Favor – PSD

Contra – PS, BE, PCP, PEV e PAN

Rejeitado

Abstenção – CDS-PP

⇒ [Projeto de Resolução n.º 920/XIII/2.ª \(PEV\)](#) – Investigação e inovação no setor da agroecologia;

Favor – PS, BE, PCP, PEV e PAN

Contra – PSD

Aprovado

Abstenção – CDS-PP

⇒ [Projeto de Resolução n.º 922/XIII/2.ª \(PCP\)](#) – Recomenda ao Governo o reforço dos laboratórios de Estado dos ministérios da agricultura e do mar;

- **Pontos 1 e 2**

Favor – BE, PCP, PEV e PAN

Contra – PSD e CDS-PP

Rejeitados

Abstenção – PS

- **Ponto 3**

Favor – PS, BE, PCP, PEV e PAN

Contra – PSD e CDS-PP

Aprovado

Abstenção –



DELIBERAÇÃO

⇒ [Projeto de Resolução n.º 923/XIII/2.ª \(PCP\)](#) – Recomenda ao Governo o reforço dos serviços de apoio, acompanhamento e aconselhamento agrícola do ministério da agricultura;

Favor – BE, PCP, PEV e PAN

Contra – CDS-PP

Abstenção – PSD e PS

Aprovado

⇒ **Requerimento oral**, apresentado pelo PS, solicitando a baixa à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sem votação, por um período de 30 dias do [Projeto de Lei n.º 544/XIII/2.ª \(PS\)](#) – 8.ª Alteração à Lei da Nacionalidade, aprovada pela Lei n.º 31/87, de 3 de outubro, alterada pela Lei n.º 25/94, de 19 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 322-A/2001, de 14 de dezembro, e pelas Leis Orgânicas n.º 1/2004, de 15 de janeiro, n.º 2/2006, de 17 de abril, n.º 1/2013, de 29 de julho, n.º 8/2015, de 22 de junho e n.º 9/2015, de 29 de julho;

⇒ **Requerimento**, apresentado pelo PCP, solicitando a baixa à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sem votação, por um período de 30 dias do [Projeto de Lei n.º 428/XIII/2.ª \(PCP\)](#) – Nona alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de Outubro (Lei da Nacionalidade);



DELIBERAÇÃO

⇒ **Requerimento**, apresentado pelo PAN, solicitando a baixa à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sem votação, por um período de 30 dias do [Projeto de Lei n.º 548/XIII/2.ª \(PAN\)](#) – Altera a Lei da Nacionalidade;

Aprovados por unanimidade

VOTAÇÃO NA GENERALIDADE

⇒ [Projeto de Lei n.º 477/XIII/2.ª \(BE\)](#) – Aprova o controlo público da atividade de gestão técnica do sistema elétrico nacional mediante a sua separação da atividade de exploração da rede nacional de eletricidade;

Favor – BE, PCP e PEV

Contra – PSD, PS e CDS-PP

Abstenção – PAN

Rejeitado

⇒ [Projeto de Lei n.º 482/XIII/2.ª \(PCP\)](#) – Consagra a livre opção dos consumidores domésticos de eletricidade pelo regime de tarifas reguladas, procedendo à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 75/2012, de 26 de janeiro;

Favor – PS, BE, PCP, PEV e PAN

Contra – PSD e CDS-PP

Abstenção –

Aprovado

Baixa à 6.ª Comissão



VOTAÇÃO NA GENERALIDADE

⇒ [Projeto de Lei n.º 545/XIII/2.ª \(PCP\)](#) – Determina a eliminação dos Custos para a Manutenção do Equilíbrio Contratual (CMEC) e dos Contratos de Aquisição de Energia (CAE) com a EDP e outras empresas do sector electroprodutor;

Favor – BE, CDS-PP, PCP, PEV e PAN

Contra – PSD e PS

Abstenção –

Rejeitado

DELIBERAÇÃO

⇒ **Requerimento**, apresentado pelo PCP, solicitando a baixa à Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas, sem votação, por um período de 60 dias do [Projeto de Resolução n.º 780/XIII/2.ª \(PCP\)](#) – Pela eliminação do sobrecusto do investimento nas redes de energia e pelo controlo público da Central de Despacho da REN;

Aprovado por unanimidade

⇒ [Projeto de Resolução n.º 925/XIII/2.ª \(BE\)](#) – Recomenda a eliminação das rendas excessivas nos chamados custos de manutenção do equilíbrio contratual (**Texto inicial substituído a pedido do autor**);

Favor – PS, BE, CDS-PP, PCP, PEV e PAN

Contra –

Abstenção – PSD

Aprovado



DELIBERAÇÃO

⇒ [Projeto de Resolução n.º 926/XIII/2.ª \(PS\)](#) – Recomenda ao Governo que o montante que vier a ser determinado no ajustamento final dos custos para manutenção do equilíbrio contratual reverta para abatimento às tarifas de eletricidade do ano 2018 e seguintes;

Favor – PS, BE, PCP, PEV e PAN

Contra –

Aprovado

Abstenção – PSD e CDS-PP

⇒ [Projeto de Resolução n.º 860/XIII/2.ª \(CDS-PP\)](#) – Recomenda ao Governo que promova medidas de prevenção e combate ao cyberbullying e ao cibercrime;

- **Alínea a)**

Favor – PSD, PS, CDS-PP e PAN

Contra – BE, PCP e PEV

Aprovada

Abstenção –

- **Restantes alíneas**

Favor – PSD, CDS-PP e PAN

Contra – PS, BE, PCP, PEV

Rejeitadas

Abstenção –



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO E SECRETARIADO
DIVISÃO DE APOIO AO PLENÁRIO

VOTAÇÃO NA GENERALIDADE

⇒ [Projeto de Lei n.º 546/XIII/2.ª \(PCP\)](#) – Cria os Gabinetes Pedagógicos de Integração Escolar;

Favor – BE, PCP, PEV e PAN

Contra – PSD, PS e CDS-PP

Abstenção –

Rejeitado

DELIBERAÇÃO

⇒ [Projeto de Resolução n.º 921/XIII/2.ª \(PEV\)](#) – Prevenção e combate do cyberbullying;

Favor – BE, PCP, PEV e PAN

Contra – PSD, PS e CDS-PP

Abstenção –

Rejeitado

VOTAÇÃO NA GENERALIDADE

⇒ [Projeto de Lei n.º 382/XIII/2.ª \(BE\)](#) – Elimina a redução de 10% ao montante do subsídio de desemprego após 180 dias de concessão;

Favor – BE, PCP, PEV e PAN

Contra – PS

Abstenção – PSD e CDS-PP

Rejeitado

*Discutido na generalidade em 23-03-2017, baixou à Comissão sem votação.



VOTAÇÃO NA GENERALIDADE

⇒ [Projeto de Lei n.º 398/XIII/2.ª \(PCP\)](#) – Revoga o corte de 10% do montante do subsídio de desemprego após 180 dias da sua concessão (2.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 220/2006, de 3 de Novembro);

Favor – BE, PCP, PEV e PAN

Contra – PS

Rejeitado

Abstenção – PSD e CDS-PP

*Discutido na generalidade em 23-03-2017, baixou à Comissão sem votação.

VOTAÇÃO FINAL GLOBAL

⇒ **Texto Final** apresentado pela **Comissão de Defesa Nacional** relativo ao [Projeto de Lei n.º 366/XIII/2.ª \(PS\)](#) – Procede à primeira alteração da Lei n.º 68/2014, de 29 de agosto, que aprovou o regime jurídico aplicável ao nadador-salvador em todo o território nacional, no que respeita à supervisão de atividades em piscinas de uso público;

Aprovado por unanimidade

⇒ Votação dos **Pareceres da Subcomissão de Ética da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias**: Ofícios n.ºs 61/SE/2017, 62/SE/2017 e 63/SE/2017.